

América do Sul

Avanços judiciais cruciais, mas o acesso à informação ainda é insuficiente nos antigos países do Plano Condor

Numerosos são os jornalistas que figuram na lista de vítimas das ditaduras militares de seis países da América do Sul (Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai) unidas, nos anos 70, e com o apoio dos Estados Unidos, na aliança repressiva batizada como “Plano Condor”. Saudando os progressos judiciais e legislativos cruciais realizados em determinados países essa semana, Repórteres sem Fronteiras advoga um acesso à informação mais amplo no que respeita a esse período. Neste sentido, a organização acolhe com grande expectativa a constituição anunciada de uma comissão de investigação comum aos Estados membros do Mercosul (Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai) de maneira a esclarecer definitivamente o que sucedeu durante os anos do Plano Condor.

Argentina

Entre jornalistas, editorialistas e escritores, são 112 os mortos ou “desaparecidos” no período compreendido entre a presidência de Isabel Martínez de Perón (1974-1976) e a ditadura militar (1976-1983).

<http://www.desaparecidos.org/arg/victimas/listas/periodistas.html>

Rodolfo Walsh, sequestrado e dado como desaparecido a 25 de março de 1977, é a figura mais conhecida dos profissionais da imprensa vítimas do terrorismo de Estado devido a suas atividades jornalísticas, seus compromissos políticos ou opções editoriais. Essa lista macabra conta também com personalidades estrangeiras, tais como o político e jornalista uruguaio **Zelmar Michelini**, assassinado em Buenos Aires em maio de 1976, ou a italo-americana **Toni Agatina Motta**, desaparecida na mesma cidade em outubro de 1980.

“É com grande satisfação que acolhemos a condenação pelo Tribunal Oral Federal nº5 de Buenos Aires, a 26 de outubro de 2011, de dezasseis dos dezoito antigos militares acusados das piores violações dos direitos humanos jamais cometidas nessa região do mundo. Os assassinos de Rodolfo Walsh e de tantos outros indivíduos, entre os quais os antigos capitães da marinha Alfredo Astiz e Jorge Acosta – condenados a prisão perpétua – acabaram por receber o castigo que toda a população, mas igualmente famílias no estrangeiro, esperavam há muito tempo”, declarou Jean-François Julliard, secretário-geral de Repórteres sem Fronteiras.

“Um marco judicial de essa importância não teria sido possível sem a longa mobilização da sociedade civil, que deve poder ter acesso, nos países em questão, a todas as informações sobre um período que se mantém bem presente na consciência coletiva”, acrescentou. Esta exigência engloba igualmente o governo dos Estados Unidos, que começou abrindo seus arquivos, em junho de 1999, durante a presidência de Bill Clinton.

Uruguai

A justiça poderia ter dado um severo passo atrás no país não fosse a aprovação pelo Congresso, a 27 de outubro de 2011, de uma nova lei que decreta a imprescritibilidade dos crimes cometidos durante o regime cívico-militar (1973-1985). Uma aprovação *in extremis*, já que o prazo da prescrição ter-se-ia cumprido no próximo dia 1 de Novembro. Esse passo legislativo vem na linha da decisão do Presidente José Mujica, no passado mês de julho, de autorizar a reabertura de 80 investigações sobre crimes cometidos durante a ditadura. Porém, este processo esbarrava contra a lei de anistia conhecida como Lei da Caducidade, ratificada duas vezes em referendo em 1989 e 2009, declarada anticonstitucional outras duas vezes e que esteve a um voto de ser anulada pelo Congresso no passado mês de maio.

A lei de imprescritibilidade constitui um passo importante na direção da justiça. Terá o mesmo impacto positivo para o trabalho de informação que se enfrenta com demasiada frequência ao silêncio e à recusa de cooperar da instituição militar? Essa é a questão fundamental, segundo **Roger Rodríguez**, especialista do tema e vítima, recentemente, de uma infame campanha de ameaças por Internet instigada por antigos militares e suas famílias (<http://es.rsf.org/uruguay-abyecta-ofensiva-en-internet-09-02-2011,39516.html>).

“A lei tem ainda que ser promulgada e não ser considerada anticonstitucional pelo Supremo Tribunal de Justiça. O Estado deve desclassificar os arquivos da ditadura. É necessário encontrar uma fórmula que permita romper o pacto de silêncio militar”, explicou o jornalista a Repórteres sem Fronteiras.

Brasil

O caminho da justiça parece ainda mais sinuoso no Brasil, onde a Lei da Anistia de 1979, confirmada mais uma vez pelo Supremo Tribunal Federal em 2010, torna intocáveis os militares autores de crimes cometidos durante a ditadura (1964-1985). Será a impunidade eterna para os assassinos de jornalistas, como o diretor

da *TV Cultura Vladimir Herzog* (<http://www.vladimirherzog.org/>), sequestrado e torturado pela política militar em São Paulo em outubro de 1975?

Embora temendo uma resposta afirmativa a essa pergunta, Repórteres sem Fronteiras saúda prudentemente a aprovação pelo Senado, a 25 de outubro, de uma lei de acesso à informação que aguarda promulgação, mas que poderá permitir o acesso a dados sigilosamente conservados desde essa época por várias instituições, entre as quais o exército. A nova legislação prevê nomeadamente um prazo de desclassificação de 25 anos para os documentos “ultra-secretos”, de 15 anos para os documentos “secretos” e de 5 anos para os documentos “reservados”.

“Na esteira do projeto ‘Memórias reveladas’ criado durante a presidência Lula (<http://es.rsf.org/brasil-inauguracao-do-projeto-memorias-18-05-2009,33176.html>), esta lei de acesso à informação constitui uma nova etapa animadora em busca da verdade, tendo em conta que obter justiça parece impossível. No entanto, rezeamos que muitos dos principais arquivos considerados como ultra-secretos vejam, de acordo com a nova lei, seu estatuto renovado por mais vinte e cinco anos. Essa cláusula constitui um obstáculo evidente à possibilidade de utilizar esses documentos num eventual processo judicial e de os publicar. Esperamos que essa disposição específica seja vetada pela Presidente Dilma Rousseff”, salientou Repórteres sem Fronteiras, que toma nota da aprovação, também no Senado e na mesma altura, do projeto de criação de uma Comissão da Verdade sobre as violações dos direitos humanos no período militar.

Chile

Os progressos judiciais continuam em ponto morto no Chile, onde sete antigos militares foram, a 26 de outubro, formalmente acusados do assassinato de três cidadãos uruguaios no início da ditadura (1973-1990).

“Repórteres sem Fronteiras aproveita a ocasião para lembrar que a herança de Pinochet, longe de ter desaparecido, é hoje profundamente questionada pela sociedade chilena, em especial pela voz do movimento estudantil. Esta herança guarda uma relação direta com um panorama mediático caracterizado por graves insuficiências de equilíbrio pluralista (<http://es.rsf.org/chile-una-burbuja-mediatica-estremecida-17-08-2011,40800.html>). Chegou o momento de refundar esse espaço informativo”, concluiu Repórteres sem Fronteiras.

N.B.

- Relativamente à ditadura no **Paraguai** (1954-1989), Repórteres sem Fronteiras recomenda a consulta do novo Museu Virtual inaugurado este ano pelo Centro de Informações e de Recursos para o Desenvolvimento: <http://www.meves.org.py>

- Pioneira ao lado da Argentina em termos de acesso à informação, a **Bolívia** abriu os arquivos da ditadura do general García Meza (1980-1981) em maio de 2010 (<http://es.rsf.org/bolivia-apertura-de-los-archivos-de-la-18-02-2010,36488.html>).